

LICENÇA MUNICIPAL ÚNICA (LMU)

LMU N° 003/2025 - CLASSE I

Assinatura: 26/09/2025 Válida até: 26/09/2029

*Requerer renovação desta licença até 120 (cento e vinte dias) dias de seu vencimento. Findo o prazo de validade desta licença, sem pedido tempestivo de renovação, esta será dada como extinta, passando a atividade à condição de irregular, conforme Decreto Municipal nº 381/2018, Art. 17, inciso IX, § 5º.

O Município de Afonso Cláudio, através da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)**, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Capítulo II da Lei Orgânica Municipal, fundamentada pela Lei Municipal nº. 2203/2017, Capítulo III, regulamentado pelo Decreto nº 430/2023, expede a presente **LICENÇA MUNICIPAL ÚNICA**, requerida através do protocolo nº **14.458/2025**, que autoriza a:

PROCESSO: 14.458/2025

NOME: MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

CNPJ: 2

ENDEREÇO: LIGAÇÃO DA AVENIDA ROBERTO HOLUNDER COM A RUA QUINTINO BOCAIÚVA, CENTRO, AFONSO CLÁUDIO - ES

ATIVIDADE: IMPLANTAÇÃO DE VIAS URBANAS COM INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, INCLUINDO PONTES E PONTILHÕES QUANDO NECESSÁRIA À TRAVESSIA DE UM CORPO HÍDRICO – PONTE SUL

Esta licença é válida desde que observadas e cumpridas as **CONDICIONANTES 01 a 40** no verso discriminadas, bem como seus anexos, que, embora não transcritos, são partes integrantes da mesma.

Helvécio Paganini Maioli

Secretário Municipal de Meio Ambiente





CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA AUTORIZAÇÃO:

- 1. Esta licença foi emitida com fundamento no Decreto Municipal nº 430/2023;
- 2. Esta Licença, bem como suas condicionantes, deve ficar em local visível e de fácil acesso, sendo obrigatória a apresentação da mesma sempre que solicitada;
- 3. A contagem do prazo desta licença e das condicionantes se inicia a partir **da assinatura** da mesma;
- 4. Esta licença autoriza a operação da atividade de IMPLANTAÇÃO DE VIAS URBANAS COM INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, INCLUINDO PONTES E PONTILHÕES QUANDO NECESSÁRIA À TRAVESSIA DE UM CORPO HÍDRICO PONTE SUL, dentro dos pontos de coordenadas UTM Datum SIRGAS2000, zona 24K: 278.134,24 E / 7.778.288,13 S;
- 5. **Qualquer alteração** nas características, nos projetos, ampliações, nos controles ambientais da atividade ou a necessidade de novas intervenções, como movimentação de terra, deverão ser previamente comunicada à SEMMA, que se manifestará quanto à sua autorização;
- 6. **Apresentar** comprovante de publicação em **jornal oficial**, referente à **obtenção** desta licença. **Prazo: 30 (trinta) dias**;
- 7. Todo relatório fotográfico apresentado deverá ser colorido, possuir fotos em escala compatível para análise e todas devem possuir coordenadas geográficas, além de data e hora;
- 8. **Apresentar** relatório fotográfico com fotos aproximadas e a uma distância que contextualize e comprove a colocação de uma placa informativa, de fácil visualização e leitura, com fundo branco, nas dimensões mínimas de 1,20 x 0,80m, com o texto abaixo. **Prazo: 30 (trinta) dias;**

Nome: MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO

Processo SEMMA nº 14.458/2025

Atividade: IMPLANTAÇÃO DE VIAS URBANAS COM INTERVENÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, INCLUINDO PONTES E PONTILHÕES QUANDO NECESSÁRIA À TRAVESSIA DE UM CORPO HÍDRICO – PONTE SUL

Licença Municipal Única - LMU Nº. 003/2025

Telefone da SEMMA: (27) 3735-7730 - Fiscalização

- 9. Apresentar relatório descritivo e fotográfico georreferenciado demostrando a revegetação dos taludes de corte/aterro formados pela movimentação de terra na área de implantação da Ponte Sul. Prazo: 90 (noventa) dias após finalização da terraplenagem;
- 10. **Apresentar** Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), expedido por profissional habilitado para o acompanhamento/execução das atividades do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). **Prazo: 60 (sessenta) dias;**
- 11. **Apresentar**, semestralmente, relatório descritivo e fotográfico georreferenciado, comprovando as atividades de implementação do PRAD, bem como o monitoramento e a





manutenção, conforme o cronograma apresentado. Prazo: Fica estipulado o mês de março e setembro para entrega do relatório semestral.

- 12. **Apresentar** relatório descritivo e fotográfico georreferenciado referente à implantação de barreiras de sedimento (siltagem/geotêxtil) no entorno da Área de Preservação Permanente (APP) e das áreas que sofrerão intervenções para a construção das fundações e contenções. **Prazo: Antes do início das obras;**
- 13. Promover medidas eficazes de Controle Ambiental quanto ao aporte de sedimentos para o corpo d'água, evitando ao máximo a disposição de terra nos mesmos e implantando barreiras de físicas e outros dispositivos, caso necessários;
- 14. **Apresentar a anuência** emitida pela Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), responsável pelo tratamento de água e pela coleta de esgoto do município, considerando que a companhia deve estar ciente e em conformidade com a interligação dos contêineres sanitários ao sistema de abastecimento de água e à rede de esgoto. **Prazo: 30** (trinta) dias;
- 15. Nos casos de derramamento de produtos perigosos sobre o solo exposto e/ou com carreamento para cursos d'água:
 - a) Deverá ser providenciada a imediata interrupção e/ou contenção de suas causas;
 - b) O material ou produto, ser removido, deverá ser armazenado e destinado a local e/ou empresas licenciadas;
 - c) Comunicar à concessionária local pelo tratamento e/ou fornecimento de água as possíveis intervenções e/ou ocorrências que venham a comprometer o abastecimento de água à população;
- 16. **Realizar e apresentar** o monitoramento trimestral da qualidade da água, a montante e a jusante, por empresa especializada, abrangendo parâmetros físico-químicos e biológicos durante todo o período de implantação da Ponte Sul. **Prazo: primeira análise deve ser apresentada previamente ao início das obras;**
- 17. Para utilização de jazidas comerciais de areia, brita, argila e/ou saibro, bem como dos fornecedores de asfalto, concreto e estruturas pré-moldadas de concreto, deve ser apresentada cópia da respectiva Licença Ambiental de Operação válida. **Prazo: 60** (sessenta) dias após o início das obras;
- 18. Armazenar e manejar os resíduos Classe I em recipientes e local identificados e adequados (local coberto, com piso impermeabilizado e estrutura estanque para os casos de resíduos líquidos);
- 19. Os resíduos passíveis de reciclagem gerados no empreendimento deverão ficar acondicionados em local adequado, e serem destinados preferencialmente à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Afonso Cláudio. **Apresentar semestralmente** os comprovantes de destinação à Associação. Caso a empresa esteja destinando tais materiais para outro empresa/associação, deverá ser apresentado a licença ambiental da mesma. **Prazo: Contará após o início das obras;**
- 20. **Apresentar semestralmente** os comprovantes de destinação dos Resíduos de Construção Civil (RCC), para aterro licenciado, bem como licença ambiental do mesmo,





sendo estes: Certificados de Destinação Final de Resíduos (CDF's), das Declarações de Movimentação de Resíduos (DMR's) e dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR's). **Prazo: Contará após o início das obras.**

- 21. **Apresentar** relatório descritivo e fotográfico, com fotos georreferenciadas, comprovando a implantação das estruturas de drenagem, conforme projetos apresentados. Prazo: **Após a finalização das obras de drenagem**;
- 22. **Apresentar** a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução/acompanhamento da obra. **Prazo: Antes do início das obras;**
- 23. **Apresentar** cronograma contemplando as etapas de execução das obras, com previsão da data do início e do final das obras. **Prazo: 60 (sessenta) dias;**
- 24. **Apresentar** documento de posse do imóvel diretamente afetado pela implantação da Ponte Sul, conforme a anuência apresentada. **Prazo. Antes do início das obras**;
- 25. Apresentar documento de embargo/desembargo da área que será intervinda pela construção da ponte. Fica proibido o início das obras sem a apresentação deste documento. Prazo. Antes do início das obras;
- 26. A construção da implantação de vias urbanas com intervenção em Área de Preservação Permanente, incluindo pontes e pontilhões não poder provocar estrangulamento do curso d'água que implique em inconvenientes às propriedades localizadas a montante ou a jusante do empreendimento;
- 27. Todo material ou resíduo que seja lançado ou disposto no leito do curso hídrico, mesmo que temporariamente, deverá ser retirado tão logo termine sua utilidade, voltando o rio ao leito natural sem prejuízo a sua vazão;
- 28. A execução da atividade não poderá causar incômodo ao bem estar da população. Caso seja verificada a necessidade, durante todo o período de vigência desta licença, a SEMMA poderá solicitar a realização de novas adequações e melhorias que não constam desta licença;
- 29. A execução da atividade deverá ocorrer em conformidade com os projetos apresentados, deverá ser desenvolvida com segurança, de modo a promover o controle da erosão, não incorrendo em risco o regime de escoamento das águas nas áreas adjacentes, a fim de prevenir represamentos e carreamento de sedimentos para o curso d'água;
- 30. Realizar sinalização da movimentação de máquinas e veículos no entorno do empreendimento, para evitar possíveis acidentes entre os usuários da rodovia e os veículos utilizados na obra, apresentando relatório descritivo-fotográfico, com fotos georreferenciadas, das ações realizadas. **Prazo: a cada 90 (noventa) dias após o início das obras;**
- 31. Orientar os colaboradores da empresa contratada para realização das obras quanto às normas ambientais de execução dos serviços e quanto às condicionantes desta licença ambiental;
- 32. Os colaboradores deverão estar munidos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) compatíveis com a atividade;





- 33. Implantar medidas de controle ambientais eficazes quanto a emissões de gases e ruídos pelos equipamentos, máquinas e veículos, bem como para geração de material particulado, garantindo a eficiência necessária, sem ocasionar transtorno ao bem estar e saúde da população;
- 34. Não armazenar permanentemente qualquer resíduo gerado no processo produtivo em Área de Preservação Permanente (APP), ressalvada a permanência temporária de resíduos em APP consolidada, desde que não ocorra derramamento, vazamento ou destinação final em APP;
- 35. É vedada a queima a céu aberto de material potencialmente poluidor, conforme Decreto Estadual n° 2.299 N/1986;
- 36. Comunicar à SEMMA a ocorrência da paralisação ou encerramento das atividades. **Prazo: 15 (quinze) dias após paralisação/encerramento**, e ainda atender aos seguintes critérios, conforme sua aplicabilidade:
 - a) Em caso de paralisação com o encerramento das operações a empresa deverá solicitar o arquivamento do processo e apresentar relatório de desmobilização e/ou de descaracterização da atividade, acompanhado de cronograma;
 - b) Em caso de paralisação com encerramento das operações e impossibilidade de desmobilização e/ou descaracterização da atividade deverão ser apresentadas as justificativas técnicas para análise e aprovação do referido órgão ambiental.
- 37. Esta licença refere-se apenas aos critérios ambientais da atividade em questão e não exime o seu titular da apresentação aos órgãos competentes de outros documentos legalmente exigíveis. Também não inibe ou restringe de qualquer forma a ação dos demais órgãos e instituições fiscalizadoras, nem desobriga a empresa da obtenção de autorizações, anuências, laudos, certidões, certificados ou outros documentos previstos na legislação vigente, sendo de sua responsabilidade a adoção de qualquer providência nesse sentido;
- 38. Visando o bem estar da população, poderá ser exigido, a qualquer tempo, baseado em parecer técnico fundamentado, a implantação de outros controles ambientais para minimizar os impactos;
- 39. Toda documentação apresentada em atendimento às condicionantes ambientais desta licença deverá fazer referência às condicionantes a que se refere. O não cumprimento das condicionantes acima **penalizará** a empresa com a imposição das penalidades de multa e/ou interdição/embargo das atividades/obra, e ainda determinará a suspensão ou cassação da licença, conforme previsto em lei;
- 40. A constatação da operação em desacordo com as informações prestadas quando do requerimento da licença ou com as condicionantes listadas, sujeitarão seus representantes, seus responsáveis técnicos e contratados envolvidos às penalidades administrativas previstas em lei, além de serem adotadas as providências para responsabilização civil e criminal.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://afonsoclaudio.nopapercloud.com.br/autenticidade utilizando o identificador 3300310034003600370039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por HELVECIO PAGANINI MAIOLI em 26/09/2025 14:36 Checksum: AAD3173A46EF0B3A59E23DA7E1D2C78EC190FF46CBEF270863D11F204189676C

